



GAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

CAMBUCI S.A. - CNPJ 61.088.894/0001-08 - COMPANHIA ABERTA

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

Endereços eletrônicos

- <https://estadaori.estado.com.br/publicacoes/>
- <https://ri.cambuci.com.br/>
- <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/fmConsultaExternaCVM.aspx?codigoCVM=2100>
- https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm?codigo=2100

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º TRIMESTRE DE 2024

São Paulo, 10 de março de 2025 - A CAMBUCI S.A. (BM&FBOVESPA: CAMB3), divulga hoje os resultados do 4º trimestre e do exercício de 2024. As informações financeiras são apresentadas de forma consolidada e foram preparadas de acordo com as normas do IFRS - *International Financial Reporting Standards* e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à Companhia.

B3: CAMB3

Cotação de fechamento

R\$ 10,49 por ação (em 30/12/2024)

Valor de mercado

R\$ 438,9 milhões (em 30/12/2024)

Valor patrimonial

R\$ 281,3 milhões

Contato RI

Roberto Estefano – Diretor de RI

ri@cambuci.com.br

ri.cambuci.com.br

+55 11 4713-9500

DESTAQUES DO TRIMESTRE

Apresentação das informações apuradas no Brasil e consolidado dos valores:

- **Receita Líquida Brasil de R\$ 90,6 milhões no 4T24 vs. R\$ 92,9 milhões no 4T23**, redução de 2,5% em relação ao 4T23. R\$ 437,9 milhões em 2024 vs. R\$ 427,6 milhões em 2023, aumento de 2,4% em relação a 2023.
- **Receita Líquida Consolidada de R\$ 90,6 milhões no 4T24 vs. R\$ 107,6 milhões no 4T23**, redução de 15,8% em relação ao 4T23. R\$ 437,9 milhões em 2024 vs. 459,2 milhões em 2023, redução de 4,6% em relação a 2023.
- **Margem Bruta Brasil de 47,1% no 4T24 vs. 49,3% no 4T23**, redução de 2,2 p.p. em relação ao 4T23. 49,5% em 2024 vs. 49,6% em 2023, redução de 0,1 p.p.
- **Margem Bruta Consolidada de 47,1% no 4T24 vs. 44,2% no 4T23**, aumento de 2,9 p.p. em relação ao 4T23. 49,5% em 2024 vs. 47,4% em 2023, avanço de 2,1 p.p.
- **EBITDA Brasil de R\$ 15,8 milhões no 4T24 vs. R\$ 21,2 milhões no 4T23**, com margem de 17,4%, redução de 5,4 p.p. em relação ao 4T23. Em 2024 a margem alcançou 24,9%, redução de 2,3 p.p. vs. 2023.
- **EBITDA Consolidado de R\$ 15,4 milhões no 4T24 vs. R\$ 16,8 milhões no 4T23**, com margem de 17,0%, aumento de 1,4 p.p. em relação ao 4T23. Em 2024 a margem alcançou 24,8% vs. 24,0% em 2023, aumento de 0,8 p.p.
- **Lucro antes do IRPJ/CSLL Brasil de R\$ 14,9 milhões no 4T24 vs. R\$ 19,3 milhões no 4T23**, redução de 22,8% em relação ao 4T23. Em 2024 o indicador alcançou R\$ 101,1 milhões vs. R\$ 91,6 milhões em 2023, avanço de 10,4%.
- **Lucro antes do IRPJ/CSLL Consolidado de R\$ 13,7 milhões no 4T24 vs. R\$ 3,7 milhões no 4T23**, aumento de 270,3% em relação ao 4T23. Em 2024 o indicador alcançou R\$ 99,5 milhões vs. R\$ 73,4 milhões em 2023, avanço de 35,6%.
- **Lucro Líquido Brasil de R\$ 10,9 milhões no 4T24 vs. R\$ 23,6 milhões no 4T23**, redução de 53,8%. Margem líquida de 12,0% no 4T24 vs. 25,4% no 4T23. Em 2024 o indicador alcançou R\$ 78,0 milhões vs. R\$ 90,2 milhões em 2023, a margem líquida atingiu 17,8% vs. 21,1% em 2023, redução de 3,3 p.p.
- **Lucro Líquido Consolidado de R\$ 9,7 milhões no 4T24 vs. R\$ 7,9 milhões no 4T23**, aumento de 22,8%. Margem líquida de 10,7% no 4T24 vs. 7,3% no 4T23. Em 2024 o indicador alcançou R\$ 76,4 milhões vs. R\$ 71,9 milhões em 2023, avanço de 6,3%, a margem líquida atingiu 17,4% vs. 15,7% em 2023, aumento de 1,7 p.p.
- **Geração operacional de caixa de R\$ 85,8 milhões em 2024.**
- **Pagamento de R\$ 18,9 milhões em dividendos intercalares e R\$ 9,1 milhões em juros sobre capital próprio (JCP) em 2024.**
- **Índice de liquidez corrente de 2,81.**

1. ABERTURA DOS PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores de Resultados R\$ Milhões	4T24	4T23	4T24 vs. 4T23	2024	2023	2024 vs. 2023
Receita Líquida Brasil	90,6	92,9	-2,5%	437,9	427,6	2,4%
<i>Mercado Interno</i>	87,8	91,5	-4,1%	426,0	422,1	0,9%
<i>Exportação</i>	2,8	1,4	100,0%	11,9	5,5	116,4%
Receita Líquida Argentina	-	14,7	-100,0%	-	31,6	-100,0%
Receita Líquida Consolidada	90,6	107,6	-15,8%	437,9	459,2	-4,6%
Lucro Bruto Brasil	42,7	45,8	-6,8%	216,6	212,1	2,1%
<i>Margem Bruta Brasil</i>	47,1%	49,3%	-2,2 p.p.	49,5%	49,6%	-0,1 p.p.
Lucro Bruto Argentina	-	1,8	-100,0%	-	5,5	-100,0%
<i>Margem Bruta Argentina</i>	0,0%	12,2%	-12,2 p.p.	0,0%	17,4%	-17,4 p.p.
Lucro Bruto Consolidado	42,7	47,6	-10,3%	216,6	217,6	-0,5%
<i>Margem Bruta Consolidada</i>	47,1%	44,2%	2,9 p.p.	49,5%	47,4%	2,1 p.p.
SG&A Brasil	(30,7)	(27,6)	11,2%	(119,7)	(105,2)	13,8%
<i>SG&A % Brasil</i>	-33,9%	-29,7%	-4,2 p.p.	-27,3%	-24,6%	-2,7 p.p.
SG&A Argentina	(0,2)	(6,2)	-96,8%	(0,4)	(11,9)	-96,6%
<i>SG&A % Argentina</i>	0,0%	-42,2%	42,2 p.p.	0,0%	-216,4%	216,4 p.p.
SG&A Consolidado	(30,8)	(33,7)	-8,6%	(120,1)	(117,1)	2,6%
<i>SG&A % Consolidado</i>	-34,0%	-31,3%	-2,7 p.p.	-27,4%	-25,5%	-1,9 p.p.
EBITDA Brasil	15,8	21,2	-25,5%	109,2	116,3	-6,1%
<i>Margem EBITDA Brasil</i>	17,4%	22,8%	-5,4 p.p.	24,9%	27,2%	-2,3 p.p.
EBITDA Argentina	(0,4)	(4,4)	-90,9%	(0,7)	(6,1)	-88,5%
<i>Margem EBITDA Argentina</i>	0,0%	-29,9%	29,9 p.p.	0,0%	-19,3%	19,3 p.p.
EBITDA Consolidado	15,4	16,8	-8,3%	108,5	110,3	-1,6%
<i>Margem EBITDA Consolidada</i>	17,0%	15,6%	1,4 p.p.	24,8%	24,0%	0,8 p.p.
EBT Brasil	14,9	19,3	-22,8%	101,1	91,6	10,4%
<i>Margem EBT Brasil</i>	16,4%	20,8%	-4,4 p.p.	23,1%	21,4%	1,7 p.p.
EBT Argentina	(1,2)	(15,6)	-92,3%	(1,6)	(18,2)	-91,2%
<i>Margem EBT Argentina</i>	0,0%	-106,1%	106,1 p.p.	0,0%	-57,6%	57,6 p.p.
EBT Consolidado	13,7	3,7	270,3%	99,5	73,4	35,6%
<i>Margem EBT Consolidada</i>	15,1%	3,4%	11,7 p.p.	22,7%	16,0%	6,7 p.p.
IRPJ/CSLL Brasil	(4,0)	4,3	-193,0%	(23,1)	(1,4)	1550,0%
<i>IRPJ/CSLL % EBT Brasil</i>	-26,8%	22,3%	-49,1 p.p.	-22,8%	-1,5%	-21,3 p.p.
IRPJ/CSLL Consolidado	(4,0)	4,2	-195,2%	(23,1)	(1,6)	1343,8%
<i>IRPJ/CSLL % EBT Consolidado</i>	-29,2%	113,5%	-142,7 p.p.	-23,2%	-2,2%	-21,0 p.p.
Lucro Líquido Brasil	10,9	23,6	-53,8%	78,0	90,2	-13,5%
<i>Margem Lucro Líquido Brasil</i>	12,0%	25,4%	-13,4 p.p.	17,8%	21,1%	-3,3 p.p.
Lucro Líquido Argentina	(1,2)	(15,7)	-92,4%	(1,6)	(18,3)	-91,3%
<i>Margem Lucro Líquido Argentina</i>	0,0%	-106,8%	106,8 p.p.	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Lucro Líquido Consolidado	9,7	7,9	22,8%	76,4	71,9	6,3%
<i>Margem Lucro Líquido Consolidado</i>	10,7%	7,3%	3,4 p.p.	17,4%	15,7%	1,7 p.p.
Nº de Ações em Circulação (milhões)	41,840	41,928	-	41,840	41,928	-
Lucro por Ação (R\$/ação)	0,2318	0,1884	-	1,8260	1,7148	-

2. COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024 a Companhia reforçou seus alicerces e avançou em indicadores estratégicos importantes. O lucro líquido avançou 22,8% no 4T24 vs. o 4T23 e 6,3% em 2024 vs. 2023. O caixa líquido registrou um incremento de R\$ 31,1 milhões vs. a base comparativa de 2023. A liquidez corrente atingiu a relação de 2,81 vezes e o endividamento bruto que já estava coberto com folga pelo caixa em 2023, viu em 2024 uma redução adicional de 66,7% em seu valor, substanciando ainda mais a solidez financeira da Companhia.

Os resultados do ano poderiam ter sido ainda melhores, não fosse a forte turbulência econômica enfrentada pelo mercado brasileiro no quarto trimestre. A taxa Selic que havia sofrido redução de 1,25 pontos até julho, assistiu a partir de setembro, três elevações significativas, terminando o ano em 12,25%, com expectativas de mais duas elevações de 1 p.p. cada em 2025. O dólar que já vinha se apreciando durante o ano, acelerou sua trajetória de valorização após um pacote de redução de gastos, apresentado pelo governo em novembro, ter ficado bem abaixo das expectativas de mercado, fazendo com que a divisa norte-americana terminasse 2024 com valorização de 27,34% a R\$ 6,18.

Esses eventos, além de impactarem os custos de produção em toda a cadeia de suprimentos, afetaram significativamente as expectativas do varejo, que enfrentou - simultaneamente - a redução do poder de compra dos consumidores pela inflação e o custo mais elevado do dinheiro, atingindo tanto vendedores quanto compradores. Com isso, o mercado como um todo adotou uma postura ainda mais cautelosa no quarto trimestre, postergando suas decisões de expansão e reposição de estoques até que um cenário mais claro se desenhasse.

A administração da Companhia, diante desse contexto ainda mais desafiador, redobrou seus esforços na análise de crédito, a fim de se proteger de uma potencial escalada da inadimplência, adotou medidas adicionais de contenção de despesas, realizou repasses estratégicos de preços, focou em aumento da eficiência de produção e reforçou junto aos clientes suas vantagens competitivas de qualidade, entrega rápida, portfólio completo de produtos e produção local, que em momentos mais adversos, se torna ainda mais vantajosa para os clientes.

A receita líquida Brasil, refletindo o contexto econômico doméstico mais desafiador no último trimestre, sofreu redução de 2,5% no 4T24 vs. o 4T23 e em 2024, houve avanço de 2,4% vs. 2023. No consolidado, houve redução de 15,8% na receita líquida do 4T24 vs. 4T23. Cabe ressaltar que no último trimestre de 2023, houve o faturamento integral dos estoques da controlada Penalty Argentina, em ocasião do encerramento de suas atividades comerciais, inflando a base comparativa. No ano, a receita líquida consolidada apresentou redução de 4,6%.

A margem bruta consolidada avançou 2,9 p.p. no 4T24 vs. o 4T23 (47,1% no 4T24 e 49,5% no 4T23) e 2,1 p.p. em 2024 vs. 2023 (49,5% em 2024 e 47,4% em 2023). A margem bruta Brasil atingiu 47,1% no 4T24 vs. 49,3% no 4T23. Essa redução no último trimestre, ainda que impactada por aumento de custos de alguns insumos, reflete em boa parte uma variação no mix de produtos vendidos. Com o cenário mais desafiador no 4T24, os clientes apostaram em produtos de base de pirâmide, com preços mais baixos e giro mais elevado. No acumulado de 2024 esses efeitos foram minimizados pelo trabalho de repasse de preços, melhoria na eficiência de produção, contenção de gastos e constante melhoria no portfólio de produtos, tornando-o cada vez mais desejado e orientado à lucratividade, ficando a margem bruta praticamente estável em relação a 2023 (49,5% em 2024 e 49,6% em 2023).

A margem EBITDA consolidada avançou 1,4 p.p. no 4T24 vs. o 4T23 e 0,8 p.p. em 2024 vs. 2023 (17,0% no 4T24 vs. 15,6% no 4T23 e 24,8% em 2024 vs. 24,0% em 2023). Os avanços são reflexos do empenho da administração na gestão da política comercial, controle e contenção de custos de insumos e produção, austeridade com despesas comerciais e administrativas, além de uma célere resposta a situações econômicas adversas, tanto internas quanto externas.

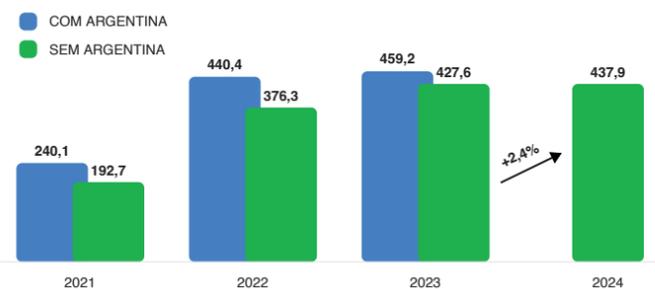
O lucro consolidado antes do IRPJ/CSLL (EBT) apresentou expressivo avanço tanto no 4T24 vs. 4T23 quanto em 2024, evidenciando os significativos ganhos operacionais e financeiros da Companhia. A robusta geração de caixa, aliada à alavancagem substancialmente reduzida e as margens operacionais elevadas formam a tríade que suportam esse importante avanço.

Na última linha, o lucro líquido consolidado avançou 22,8% no 4T24 vs. o 4T23 e 6,3% em 2024 vs. 2023. É importante destacar que na base comparativa de 2023, foram creditados R\$ 12,6 milhões de IRPJ/CSLL diferidos e em 2024 foram reconhecidos R\$ 6,4 milhões de IRPJ/CSLL sobre dividendos em razão da obrigatoriedade de recomposição das reservas de incentivos fiscais. Esses fatores reforçam ainda mais a eficiência operacional da Companhia em 2024, que mesmo diante de um cenário econômico mais complexo, conseguiu extrair resultados ainda melhores frente a 2023, unindo o avanço do lucro líquido, o aumento de caixa, a redução do endividamento bruto e a distribuição de JCP e dividendos.

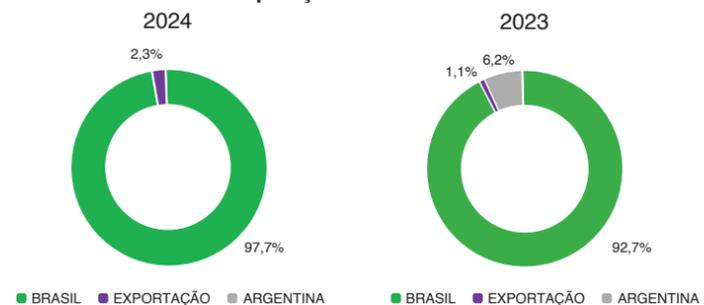
Em 2024, a Companhia distribuiu R\$ 28 milhões entre dividendos e JCP, investiu R\$ 25,6 milhões e incrementou sua disponibilidade de caixa em R\$ 24,3 milhões, reforçando sua robustez financeira e compromisso com a geração de valor. Com um time vencedor, seguimos para um 2025 complexo e desafiador, focados em preservação de caixa, manutenção de margens e ganhos de eficiência operacional.

3. RECEITA OPERACIONAL

Receita Líquida por Período (R\$ milhões)



Composição do Faturamento



4. DESEMPENHO FINANCEIRO

4.1 Lucro Bruto

Lucro Bruto R\$ Milhões	4T24	4T23	4T24 vs. 4T23	2024	2023	2024 vs. 2023
BRASIL						
Receita Líquida	90,6	92,9	-2,5%	437,9	427,6	2,4%
Custo dos Produtos Vendidos	(47,9)	(47,1)	1,7%	(221,3)	(215,5)	2,7%
Lucro Bruto - Brasil	42,7	45,8	-6,8%	216,6	212,1	2,1%
% da receita líquida - Brasil	47,1%	49,3%	-2,2 p.p.	49,5%	49,6%	-0,1 p.p.
CONSOLIDADO						
Receita Líquida	90,6	107,6	-15,8%	437,9	459,2	-4,6%
Custo dos Produtos Vendidos	(47,9)	(60,0)	-20,2%	(221,3)	(241,6)	-8,4%
Lucro Bruto - CONSOLIDADO	42,7	47,6	-10,3%	216,6	217,6	-0,5%
% da receita líquida - CONSOLIDADO	47,1%	44,2%	2,9 p.p.	49,5%	47,4%	2,1 p.p.

O lucro bruto Brasil recuou 6,8% no 4T24 vs. o 4T23 e o consolidado 10,3% no mesmo período. No trimestre, a margem Brasil sofreu redução de 2,2 p.p. e a consolidada apresentou um aumento de 2,9 p.p. No acumulado de 2024, a margem Brasil rondou a estabilidade, com leve redução de 0,1 p.p. vs. 2023 e a margem consolidada avançou 2,1 p.p. também contra 2023. Ainda que no trimestre, as margens tenham sofrido pressão combinada de câmbio sobre custo de matérias-primas, menor diluição de custos fixos e mix de vendas mais concentrado em itens de base de pirâmide, os esforços da administração na condução de repasses estratégicos de preços, redução e controle de gastos de fabricação, aumento de produtividade e uma política de vendas orientada à lucratividade, foram exitosos em amenizar os impactos de custos e garantir a manutenção de uma elevada margem bruta Brasil. No consolidado, o crescimento de 2,9 p.p. no 4T24 vs. o 4T23 e 2,1 p.p. em 2024 vs. 2023 refletem os esforços estratégicos da Companhia e seu compromisso com a manutenção de margens elevadas.

4.2 Despesas com Vendas, G&A

a) Despesas com Vendas:

Despesas com Vendas R\$ Milhões	4T24	4T23	4T24 vs. 4T23	2024	2023	2024 vs. 2023
BRASIL						
Despesas com vendas	(20,6)	(18,9)	9,0%	(80,0)	(71,2)	12,4%
% da receita líquida	-22,7%	-20,3%	-2,4 p.p.	-18,3%	-16,7%	-1,6 p.p.
CONSOLIDADO						
Despesas com vendas	(20,6)	(21,3)	-3,3%	(80,0)	(76,9)	4,0%
% da receita líquida	-22,7%	-19,8%	-2,9 p.p.	-18,3%	-16,7%	-1,6 p.p.

O avanço nas despesas com vendas está majoritariamente relacionado ao incremento dos investimentos em marketing.

b) Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas R\$ Milhões
--



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

* continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	Exercício findo em		Exercício findo em		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Receita operacional líquida	28	430.167	423.912	437.894	459.161
Custo dos produtos vendidos	32	(221.329)	(216.961)	(221.267)	(241.528)
Lucro bruto		208.838	206.951	216.627	217.633
Despesas com vendas	32	(70.991)	(64.862)	(80.044)	(76.899)
Despesas gerais e administrativas	32	(39.482)	(34.314)	(40.103)	(40.243)
Resultado de equivalência patrimonial	16	691	(17.933)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(5.571)	(5.434)	(1.339)	(2.419)
		(115.353)	(122.543)	(121.486)	(119.561)
Lucro operacional		93.485	84.408	95.141	98.072
Despesas financeiras	31	(3.039)	(20.354)	(5.168)	(40.910)
Receitas financeiras	31	8.687	8.887	9.576	16.254
		5.648	(11.467)	4.408	(24.656)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		99.133	72.941	99.549	73.416
Imposto de renda e contribuição social do exercício	33	(22.715)	(1.060)	(23.132)	(1.551)
Lucro líquido antes da participação dos não controladores		76.418	71.881	76.417	71.865
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	1	16
Lucro líquido do exercício		76.418	71.881	76.418	71.881
		-	-	-	-
Lucro Básico por Ação	ON	1,82644	1,71438	1,82644	1,71438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	76.418	71.881	76.418	71.881
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	2.999	1.773	2.999	1.773
Redução de participação de minoritários em controladas	-	(572)	-	(572)
Efeito da aplicação do CPC42/IAS 29	(2.535)	77	(2.535)	77
Total de outros resultados abrangentes	464	1.278	464	1.278
Total do resultado abrangente do exercício	76.882	73.159	76.882	73.159
Atribuído a sócios da Companhia controladora			76.881	73.143
Atribuído a sócios não controladores			1	16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Vendas de mercadorias e produtos (líquido de devoluções)	497.755	488.945	507.111	527.399
Outras receitas	5.204	10.380	10.364	15.038
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (constituição)	1.135	(3.083)	3.137	(2.278)
	504.094	496.242	520.612	540.159
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(133.036)	(140.086)	(132.974)	(164.655)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(97.515)	(91.094)	(104.749)	(104.884)
	(230.551)	(231.180)	(237.723)	(269.539)
Valor adicionado bruto	273.543	265.062	282.889	270.620
Depreciação e amortização	(12.060)	(10.956)	(13.396)	(12.198)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	261.483	254.106	269.493	258.422
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	691	(17.933)	-	-
Receitas financeiras	8.687	8.887	9.576	16.254
	9.378	(9.046)	9.576	16.254
Valor adicionado líquido a distribuir	270.861	245.060	279.069	274.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Cambuci S.A. ("Cambuci" ou "Companhia") é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo - SP, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BMF&BOVESPA com o código de negociação "CAMB3". A Companhia tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista. A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, e em Bayeux, no Estado da Paraíba.

2. Relação de Entidades Controladas e Consolidadas: A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 5.

3. Declaração da Administração e Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: **3.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), em vigor em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07 (R1), que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis. Não há em 31 de dezembro de 2024 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 10 de março de 2025. **3.2 Moeda funcional e apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras das controladas. As demonstrações financeiras de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica). Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das informações contábeis da Companhia (*Cumulative Translation Adjustment* - "CTA"), são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. **3.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à provisão para impostos diferidos (Nota 12), seleção da vida útil do ativo imobilizado (Nota 17.1), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 25), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (Nota 27). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas. **3.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

4. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas: **4.1 Novas normas vigentes em 2024:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024: **• Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado)** - alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7; **• Classificação do passivo em circulante ou não circulante** - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8); **• Passivo não circulante com covenants** - alterações ao CPC 26 (IAS 1); **• Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback** - alterações ao CPC 06 (IFRS 16). **4.2 Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras, tais como: **• IFRS 18:** Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis; **• IFRS 10/IAS28:** Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou joint venture; **• IAS 21/CPC 02:** Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de reversibilidade; **• IFRS 7 e 9:** Classificação e mensuração de instrumentos financeiros; **• OCP 10:** Créditos de carbono (IC02e), permissões de emissão (*allowances*) e crédito de descarbonização (CBO). A Administração da Companhia e suas controladas não espera que as normas acima resultem em impactos significativos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas do grupo. **4.3 Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024		31/12/2023	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES				
Lucro líquido do exercício	76.418	71.881	76.418	71.881
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Impostos sobre o Lucro	22.715	1.060	23.132	1.551
Depreciação e amortização	12.060	10.956	13.396	12.198
Resultado da equivalência patrimonial	(691)	17.933	-	-
Plano de opções de ações	650	703	650	703
(Reversão) provisão para contingências	(701)	4.222	(701)	4.222
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.135)	3.087	(3.137)	2.278
(Reversão) provisão para estoques obsoletos	(118)	(15)	(218)	(54)
Juros s/ empréstimos, financiamentos e tributos	400	7.363	400	7.363
Provisão premiação por atingimento de resultado	7.969	7.100	7.969	7.100
Valor residual de imobilizado e intangível baixados	196	17	476	102
Valor justo - propriedade para investimento	-	-	(1.306)	(671)
	117.763	124.307	117.079	106.673
Redução/aumento nos ativos e passivos				
Contas a receber	1.742	11.566	4.312	11.840
Tributos a recuperar	(11.212)	16.481	(11.527)	16.458
Estoques	(5.174)	11.194	(6.350)	24.133
Despesas pagas antecipadamente	(30)	1.041	(26)	1.045
Demais contas a receber	(102)	4.696	(2.245)	(1.324)
Depósitos judiciais	8	157	8	156
Partes relacionadas	(11.299)	(8.112)	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	4.355	(4.658)	4.510	(5.026)
Fornecedores	(273)	(8.482)	(59)	(9.827)
Obrigações fiscais	(3.569)	(1.326)	(10.831)	(3.658)
Demais contas a pagar	(12.917)	(4.717)	(9.099)	(4.010)
Juros sobre capital próprio e dividendos	56	19	56	19
	(38.415)	17.859	(31.251)	29.806
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais	79.348	142.166	85.828	136.479
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimentos				
Adições ao imobilizado e intangível	(17.317)	(9.088)	(23.668)	(9.098)
Adições outros investimentos	(1.855)	(407)	(1.855)	(1.312)
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades de Investimento	(19.172)	(9.495)	(25.523)	(10.410)
Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento				
Empréstimos e financiamentos captados	130	161	130	2.529
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(5.996)	(96.260)	(6.363)	(99.537)
Juros pagos	(1.144)	(11.036)	(1.144)	(11.162)
Recompra de ações/transfêrencias	(1.143)	(217)	(1.143)	(217)
Dividendos intermediários pagos	(18.852)	-	(18.852)	-
Juros sobre capital próprio pagos	(9.065)	(12.483)	(9.065)	(12.483)
Participação dos acionistas não controladores em controladas	-	-	(1)	555
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades de Financiamento	(36.070)	(119.835)	(36.438)	(120.315)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	828	(1.319)	460	1.094
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	24.934	11.517	24.327	6.848
Disponibilidades no início do exercício	17.469	5.952	19.517	12.669
Disponibilidades no final do exercício	42.403	17.469	43.844	19.517
	24.934	11.517	24.327	6.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Distribuição do valor adicionado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024		31/12/2023	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal				
Remuneração direta	69.745	61.601	72.184	65.167
Benefícios	16.208	14.306	16.684	14.745
F.G.T.S.	6.259	6.014	6.429	6.160
	92.212	81.921	95.297	86.072
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	77.883	53.983	81.871	58.713
Estaduais	21.309	16.921	20.316	16.971
	99.192	70.904	102.187	75.684
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras (inclui variação cambial)	3.039	20.354	5.168	40.910
Aluguéis e outros	-	-	-	145
	3.039	20.354	5.168	41.055
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre o capital próprio	9.065	12.483	9.065	12.483
Dividendos	18.852	-	18.852	-
Lucros retidos do exercício	48.501	59.398	48.501	59.398
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	(1)	(16)
	76.418	71.881	76.417	71.865
Total	270.861	245.060	279.069	274.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamento parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

5. Demonstrações Financeiras Consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

Controladas Diretas

	Sede (País)	Participação no capital total - %	
		31/12/2024	31/12/2023
(i) Cambuci Importadora Ltda.	Brasil	99,99	99,99
(ii) Impar Paraguay S/A	Paraguai	96,70	96,70
(iii) Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	Brasil	99,96	99,96
(iv) Cambuci Trust S/A	Brasil	100,00	100,00
(v) Latinline Trade S/A	Uruguai	100,00	100,00
(vi) Penalty Argentina S/A	Argentina	95,00	95,00
(vii) Penalty Chile S/A	Chile	100,00	100,00
(viii) Penalty Ibérica S.L.	Espanha	0,00	100,00

(i) Cambuci Importadora Ltda. ("Cambuci Importadora"), sedi



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

geira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **c) Instrumentos financeiros: c.1) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias: • Instrumentos financeiros ao custo amortizado; • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, créditos com partes relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outras contas a receber, no ativo circulante e não circulante. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Mensuração subsequente:** Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Na norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com base nos seguintes itens: • Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de "SPPI" - Somente pagamento de principal e juros). **c.2) Passivos financeiros:** Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores. **c.3) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e tem-se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **c.4) Impairment de instrumentos financeiro:** Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua totalidade, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao custo amortizado" (Nota 27). **e) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Informações referentes à abertura das contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 9. **f) Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos. **g) Investimentos:** Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este que corresponde à sua obrigação perante o patrimônio líquido da Controlada. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica "Provisão para perda em controladas", tendo como contrapartida a conta de "resultado de equivalência patrimonial". **h) Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. **i) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 17 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revista e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. **j)**

Intangível: São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18. **k) Redução ao valor recuperável - Impairment: (i) Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido à Companhia não consideradas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros. **(ii) Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros. Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas "UGC's" ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única "UGC" para realizar esse teste. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, quando aplicável, a Companhia efetuou as provisões para redução ao valor recuperável de seus ativos. **l) Outros ativos e passivos:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **m) Tributação: m.1) Imposto de renda e contribuição social:** Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. **n) Ajustes a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **o) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **p) Empréstimos e financiamentos:** Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. **q) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25/IAS 37 da seguinte forma: (i) ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. (ii) passivos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 25. (iii) depósitos judiciais - são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores. **r) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **s) Remuneração baseada em ações:** O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Companhia é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 35. O valor justo das

opções de compra determinados na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. Na data de encerramento de cada exercício, a Administração revisa as estimativas de expectativas de ações a serem exercidas. **t) Arrendamentos:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito e uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração, dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Os passivos de arrendamento da Companhia estão apresentados na rubrica de "Demais contas a pagar" (nota 24). **u) Economia hiperinflacionária:** De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do exercício. Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29. **7. Política de Gestão de Risco:** A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. **a) Risco de mercado:** A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que a Companhia está exposta, conforme apresentado na Nota 27.3. As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos. Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente. **b) Exposição a riscos cambiais:** A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração. **c) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário"). **d) Exposição a riscos de crédito:** As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fixa exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização. **e) Riscos de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo Departamento de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado				
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Circulante e Não Circulante					
Fornecedores	14.242	-	-	-	14.242
Empréstimos e financiamentos	1.254	1.002	867	110	3.233
	15.496	1.002	867	110	17.475

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Alexandre Schuler - Diretor Presidente
Roberto Estefano - Diretor de Relações com o Mercado
Emerson Tsuneji Shiromaru - Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Roberto Estefano
Eduardo Estefano Filho
Manuel Roberto Bravo Caldeira

CONSELHO FISCAL

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
Mário Alberto de Lima Reis Coutinho
Roberto Massayuki Hara

CONTADOR

Paulo Cesar Picolli
CRC 1SP 165645/O-6

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Cambuci S.A., declara que: • revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e, • revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da GF Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Alexandre Schuler
Diretor Presidente

Roberto Estefano
Diretor de Relações com o Mercado

Emerson Tsuneji Shiromaru
Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Alexandre Schuler
Diretor Presidente

Roberto Estefano
Diretor de Relações com o Mercado

Emerson Tsuneji Shiromaru
Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cambuci S/A, em cumprimento às disposições legais e às disposições estatutárias da empresa, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Foram discutidas com a Diretoria e com os Auditores Independentes as políticas e estimativas contábeis que requerem julgamentos, a avaliação dos controles internos com parte do sistema de controles da empresa e o controle de riscos no processo decisório. Foram ainda acompanhados os processos de confecção do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas pelas Notas Explicativas. Com base neste trabalho e nos acompanhamentos e exames efetuados ao longo do exercício, considerando ainda, o Relatório contendo a Opinião dos Auditores Independentes GF Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido em 10 de março de 2025, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto

Mário Alberto de Lima Reis Coutinho

Roberto Massayuki Hara

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
Cambuci S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cambuci S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cambuci S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes

em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento das receitas de vendas de mercadorias (notas 6a e 2b)

O processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve o acompanhamento dos controles das mercadorias encomendadas pelos seus clientes, as quais são agrupadas pelos pedidos de venda, transportadas e entregues para diversas regiões do país.

A Companhia controla o acompanhamento dos pedidos de vendas, os respectivos faturamentos e os despachos para as transportadoras, para registro contábil da receita de vendas de mercadorias, no correto período de competência.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos e a necessidade de manutenção de rotinas e

controles internos eficazes para identificar e mensurar a receita de venda de mercadorias.

Resposta da auditoria ao assunto

As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles e testes de transações, cujos principais estão detalhados a seguir: (i) testamos a efetividade dos controles-chave implementados pela Companhia para a determinação do momento adequado de reconhecimento de receita; (ii) selecionamos uma amostra de transações de venda e inspecionamos a documentação de entrega das mercadorias vendidas e documentação suporte que evidencia que a transação de venda ocorreu; (iii) selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta; (iv) confrontamos, em base amostral, as vendas registradas contabilmente com os correspondentes livros fiscais; (v) envio de cartas de confirmação externa para uma amostra de clientes e testes documentais realizados para os saldos onde as respostas não foram recebidas e a verificação da liquidação subsequente; (vi) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) Incentivos Fiscais - Subvenção para investimentos (nota 29)

A Companhia é beneficiária de incentivos relativos ao Imposto sobre a Circulação de

continua →



CAMBUÇI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre suas atividades localizadas nos estados da Paraíba e da Bahia. Esses incentivos são decorrentes da apuração dos créditos presumidos de ICMS, apurados pelas fábricas da Companhia localizadas nas cidades de Bayeux, Itajuipe e Itabuna e representam uma parcela significativa das receitas líquidas da Companhia. O seu reconhecimento decorre do cumprimento das condições estabelecidas nos respectivos convênios, dentre elas, a ampliação das unidades fabris, produção e geração de empregos.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, em virtude da relevância dos valores dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado, de R\$ 40.303 mil, quando comparado com o resultado das operações da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Com o apoio de especialistas da área tributária, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a análise da documentação, para cumprimento das condições dos incentivos fiscais reconhecidos, os testes de recálculo para apuração dos respectivos valores dos benefícios, bem como o confronto das receitas reconhecidas nas rubricas contábeis com os respectivos controles e relatórios auxiliares.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis as políticas para reconhecimento e mensuração da Subvenção para Investimento, para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (notas 6m e 12)

A Companhia (controladora) reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 18.278 mil. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro.

Este assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise das projeções de lucros futuros e das avaliações econômico-financeiras que fundamentaram as premissas de crescimento e de rentabilidade da Companhia, avaliando se o estudo fora elaborado de forma consistente com as práticas de avaliação normalmente utilizadas e se as premissas utilizadas no estudo estão condizentes com os resultados e com as atividades operacionais da Companhia.

Adicionalmente, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como a base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que foram utilizados na constituição dos tributos diferidos ativos e comparamos o resultado esperado do lucro tributável com o limite do valor a ser registrado e as divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os tributos diferidos ativos registrados e divulgados são apropriados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

d) Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais (notas 6q e 25)

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perda são avaliadas periodicamente pela administração, que leva em consideração a opinião dos assessores jurídicos internos e externos que patrocinam as causas.

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a avaliação da existência de obrigação presente e das probabilidades de desembolso, exigem julgamento significativo da Companhia.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem

registrados como provisão para demandas judiciais; (ii) confirmações junto aos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas, contemplando os prognósticos de perda para a totalidade dos processos em aberto e comparação dessas respostas com as estimativas da administração; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas da administração e de seus assessores jurídicos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável, e; (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, SP, 10 de março de 2025



IGF
Audit | Advisory | Tax
GF Auditores Independentes
CRC 2SP 025248/O-6

Marco Antonio Gouvêa de Azevedo
Contador - CRC 1SP 216678/O-6

ESTADÃO

QUER RESULTADOS? PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.

ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

ACCESSE E CONHEÇA



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES

CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)

ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS

LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

ESTADÃO 150

ESTADÃO RI

ELDORADÓFM 1073

ESTADÃO BLUE STUDIO

AGÊNCIA ESTADÃO

broadcast